

QUANDO A DESIGUALDADE MORA NOS DETALHES¹: engendramentos das relações de gênero no campo da Comunicação

WHEN INEQUALITY DWELLS IN THE DETAILS: engendering gender relations in the field of Communication

Milena Freire de Oliveira-Cruz²
Laura Wottrich³

Resumo: Este artigo⁴ aborda as desigualdades de gênero presentes na constituição do subcampo científico da Comunicação. A partir dos estudos feministas e da história da ciência, realiza um mapeamento direcionado a quatro instâncias: os Programas de Pós-Graduação em Comunicação, as Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), as entidades configuradoras do campo e os periódicos científicos. Em um primeiro momento, é apresentado um panorama mais amplo das discussões em que este texto se situa, sobre as epistemologias feministas e a questão de gênero na ciência. Em seguida, são abordadas as dinâmicas próprias de (re)produção das desigualdades de gênero no subcampo científico da Comunicação, essas discutidas a partir dos eixos selecionados no mapeamento. Entre os resultados encontrados destaca-se a menor participação das mulheres pesquisadoras nos âmbitos mais elevados da carreira acadêmica, o que sugere a existência do “teto de vidro” identificada em outros campos do conhecimento.

Palavras-chave: Epistemologias feministas. Campo da Comunicação. Gênero.

Abstract: This paper addresses the gender inequalities existents in the constitution of the Communication' scientific subfield. Based on feminist and history of science studies, it conducts a mapping directed at four instances: the Communication Postgraduate Programs, the Research Productivity Grants, the main Institutions which constitute the field and the scientific journals. At first, it presents the broader panorama about the discussions in which this paper is framed, about the feminist epistemologies and the issue of gender in science. Further, it describes the dynamics proper to the (re)production of gender inequalities in the Communication' scientific subfield, which are discussed based on the four axes selected on the mapping. Among the results, must be highlighted the lower participation of women researchers on the highest levels of academic careers. This fact suggests the existance of "ceiling glass" identified on anothers fields of knowledge.

Keywords: Feminist epistemologies. Communication field. Gender.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, gêneros e sexualidades do XXX Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo - SP, 27 a 30 de julho de 2021

² Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutora em Comunicação (UFSM), e-mail: milena.freire@ufsm.br

³ Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutora em Comunicação e Informação (UFRGS), e-mail: laura.wottrich@ufrgs.br

⁴ Texto derivado dos projetos “A análise metodológica no aprendizado e consolidação da prática de pesquisa no campo da comunicação” financiado pelo CNPq (Edital MCTIC/CNPq no. 28/2018) e “Ser mulher e ser pesquisadora no campo da comunicação: entre papéis sociais e desigualdades na esfera do trabalho e da produtividade acadêmica” financiado pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa da UFSM (edital 002/2019 – UFSM/PRPGP)

1. Introdução

As raízes onde se entrelaçam os estudos de gênero e a pesquisa em comunicação são antigas. Estudos que abordam gênero são encontradas desde os primeiros anos da produção do subcampo científico, nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGs), na década de 1970 (TOMAZETTI, 2020). De lá até hoje, vivenciamos embates epistemológicos sobre a natureza do conhecimento comunicacional e acompanhamos seu processo de institucionalização, especialmente a partir do estabelecimento e expansão dos PPGs no país. Os estudos de gênero, pouco a pouco, passaram a ocupar os títulos de dissertações, teses, artigos, a nomear fóruns de debate e a estabelecer espaços de discussão próprios nesse campo, ocupando também um lugar para pensar sobre seus contornos, dificuldades e potencialidades.

Um olhar mais atual revela um interesse crescente na discussão de gênero na Comunicação na última década (TOMAZETTI, 2020; ESCOSTEGUY, 2019). As raízes se expandiram e passa-se então a questionar a sua profundidade, a evidenciar a necessidade de encampar esforços coletivos para que esse interesse não se reduza a um espasmo, bem como a importância de analisar essa produção em termos qualitativos (TOMAZETTI, 2020; LEAL; ANTUNES, 2019).

As articulações entre gênero, comunicação e conhecimento científico deram-se, até aqui, a partir dos temas, objetos e epistemes tecidos no encontro ou dispersão entre essas matrizes de conhecimento. Mas há um ponto particular em que a discussão não parece ter raízes nem antigas, nem extensas: sobre as desigualdades de gênero na constituição do subcampo científico da Comunicação. Uma reflexão direcionada a compreender como são produzidas e transformadas as assimetrias de gênero no espaço social específico onde o conhecimento comunicacional é configurado. Se “A história das ciências não está deslocada do ponto de vista dos seus construtores” (LOWY, 2000, p.24), será que as desigualdades de gênero identificadas no âmbito da ciência moderna incidem também no subcampo científico da Comunicação? Esta é uma pergunta entre as tantas suscitadas por estudos feministas e pela história das ciências (LIMA, 2013) em relação a outras áreas do conhecimento e que propomos, aqui, explorar a partir do nosso quintal.

Não foram identificados trabalhos dedicados a este esforço, pelo menos que estivessem sistematizados nas teses, dissertações e publicações em periódicos recentes no nosso campo⁵ (HAAG et al, 2020). Essa ausência talvez possa ser explicada pela impressão de que não haveria muito o que se discutir sobre esse assunto no contexto atual, em que as mulheres, considerando os processos históricos, sociais e políticos, adquiriram maior expressividade na ciência e onde não existem, no limite, impedimentos formais para sua inserção. Apesar disso,

Esse tema continua a merecer nossa prioridade, particularmente, porque tem sido visto como um assunto menor dentro das ciências sociais, i.e., como se as mulheres já estivessem presentes nas ciências e que não houvesse mais nenhuma grande questão a ser levantada e/ou pesquisada. Os argumentos supõem que já existe uma quantidade razoável de mulheres na ciência, na pesquisa em geral, que as mulheres são líderes de projetos, têm bônus por realizarem muitas pesquisas relevantes, etc. [...] Mas destacamos que, como tema ou prática, esse assunto ainda não se esgotou (COSTA, FELTRIN, 2016, p.3-4)

O texto lança um olhar exploratório sobre este cenário, desconfiando da premissa tácita de que não existiria nenhuma questão a ser pesquisada. Ao considerar que não foram identificados trabalhos dedicados a compreender como as desigualdades de gênero configuram o subcampo científico da Comunicação, traçamos aqui um mapeamento⁶ a partir de algumas de suas instâncias próprias: os PPGs, Bolsas de Produtividade em Pesquisa, Instituições e publicação em periódicos.

Cabe situar nossa compreensão sobre o subcampo científico, pertencente ao campo acadêmico da Comunicação, “um conjunto de instituições de nível superior destinadas ao estudo e ao ensino da comunicação e onde se produz a teoria, a pesquisa e a formação universitária das profissões de comunicação” (LOPES, 2003, p.278), organizado nos subcampos científico, educativo e profissional. O subcampo científico abriga as práticas de produção do conhecimento.. É a instância privilegiada de produção do campo, lócus em que suas disputas operam com maior vigor e, por isso, será o nosso objeto de análise.

⁵ Em outro âmbito da história das ciências, do resgate da presença feminina na produção do conhecimento comunicacional, é importante destacar o projeto recente de Maria Cristina Gobbi, voltado ao resgate da contribuição das mulheres aos estudos comunicacionais latino-americanos, e a recente contribuição de Escosteguy (2020).

⁶ Agradecemos as acadêmicas Antônia Haag, Giovana Dutra, Giovanna Parise, Júlia Perez e Martina Irigoyen pelo trabalho de coleta e descrição dos dados e por se constituírem como as primeiras interlocutoras da análise aqui apresentada.

Num primeiro momento, indicamos o panorama mais amplo das discussões em que este texto se situa, sobre as epistemologias feministas e a questão de gênero na ciência. Um movimento necessário para adentrar nas dinâmicas próprias de (re)produção das desigualdades de gênero no subcampo científico, abordadas a seguir. Discutimos, então, esse cenário em relação ao subcampo científico da Comunicação, a partir dos eixos selecionados.

2. Epistemologia feminista e a questão de gênero na ciência

Partimos da compreensão de que a produção científica é uma construção social (VELHO, LEÓN, 1998) e, portanto, é situada cultural e historicamente. O desenvolvimento da ciência é atravessado por interesses e tensões, que, via de regra, fazem prevalecer uma lógica hierárquica que sustenta modos dominantes de ver/compreender o mundo, bem como de valorar o que deve/merece ser investigado.

A relação estabelecida entre ciência e a noção de verdade (que seria alcançada a partir de critérios transparentes e objetivos para observar os fenômenos estudados) é, de fato, uma versão - que se apresenta como única, universal, para sustentar o ponto de vista de quem detém o poder. Para assegurar sua validade, sem manifestar maiores contradições, os preceitos que estabelecem historicamente e socialmente o que se entende por ciência se apoiam na ideia de racionalidade. Logo, se opõem à subjetividade, às múltiplas experiências e interpretações que poderiam ser suscitadas a partir de um cenário ou de um objeto de análise.

A construção dessa dicotomia entre racionalidade e subjetividade serviu para fundamentar a desigualdade entre masculino e feminino nos modos de operar a estrutura social e, por conseguinte, a própria lógica científica. É neste contexto, portanto, que se fortaleceram as justificativas que separam o que é "científico" do "não-científico" - que inclui o "natural", o "cultural" e "político". A ideia de neutralidade e universalidade da ciência resguarda o interesse de conformação de uma ordem social mais ampla, na expectativa de não abrir espaço para saberes e vozes dissidentes. Assim, a história da ciência foi conduzida a partir de um modelo epistêmico hegemônico localizado temporal, espacial e socialmente, que reflete os interesses e valores do grupo que a produziu e se beneficiou da estrutura de dominação colonial, patriarcal, capitalista e racista desenvolvida no século XVIII: são homens, majoritariamente brancos, ocidentais e burgueses (GÓES, 2019, p. 2).

Assim, entende-se que foi construído o conhecimento legítimo/universal, aquele reconhecido "pelas instituições acadêmicas e científicas como o conhecimento da área, a partir

da marginalização dos vários grandes outros "Outros", cujas perspectivas podem, quando incorporadas, vir realmente a modificar [...] a constituição dos campos disciplinares" (ADELMAN, 2016, p. 94). A compreensão de uma pluralidade destes Outros, que não detém os privilégios do grupo dominante, dimensiona os vários atravessamentos que formulam condições de opressão e desigualdade, que levam à necessidade de uma perspectiva interseccional para observar as várias realidades a partir das quais as mulheres, no escopo de interesse deste texto, foram negligenciadas e excluídas da história das ciências.

Foi apenas no século XX, a partir de questionamentos levantados por pensadoras feministas, que novos espaços foram ocupados na expectativa de desestabilizar a lógica masculinista de conceber e legitimar a história universal dos homens.

Nas ligações entre gêneros, a busca de isonomia e reconhecimento das diferenças entre mulheres e homens só alcançam sentido e importância fática por força das lutas incansáveis do feminismo na história. Como uma voz que costura a dignifica as diversas vozes sociais e políticas, o feminismo surge como o grande eco que modifica as formas de ser e de dever ser dos comportamentos humanos em sociedade, refutando falsas posturas morais, assumidas como universais quando apenas manifestam o latente desejo de permanência vil no poder (SANTOS, 2016, p. 131)

A reflexão sobre os engendramentos das questões de gênero no campo científico, a partir contribuição do pensamento feminista, permitiu a apropriação de experiências que consideram o contexto social e histórico do fazer científico, a posição de sujeito de quem observa e a relação que se estabelece com o fenômeno investigado. Essa perspectiva epistemológica está investida de um desafio de estimular análises que valorizam a situacionalidade e, portanto, podem favorecer mais divergências, olhares múltiplos, que consensos (GÓES, 2019).

Assim, as críticas ao modelo masculinista da produção do conhecimento apresentam diferentes possibilidades de análise e atuação para a desconstrução da ciência hegemônica. A objetividade, portanto, não é simplesmente refutada ou colocada em oposição à subjetividade. Como um estabelecimento de critérios ou parâmetros possíveis (e por vezes necessários), a objetividade pode ser vista como um processo crítico da subjetividade (idem, p. 3). Neste aspecto, os pontos de vista dos grupos que ocupam posição subalterna (os "Outros") são considerados fundamentais: uma vez que estão desimpedidos dos artificios do poder, podem

refletir de maneira mais ampla e crítica sobre os processos de dominação (ADELMAN, 2016, p.94)

É neste contexto que os estudos de gênero propõem substituir a perspectiva científica do universal "abstrato" (não aberto à diversidade) pela noção de um "universal concreto", baseado na comunicação de indivíduos "situados". Contesta o ponto de vista único e a voz única e propõe substituí-los por narrativas que contemplem múltiplas vozes, que se constroem em cooperação, mas também em contradição e oposição (LÖWY, 2000, p. 31-32)

Se definimos a ciência como uma atividade subjetiva e situada, os membros dos grupos dominados que desejem alcançar um status de sujeito do saber não precisam mais escolher entre duas possibilidades simetricamente temíveis: a desapareição de suas alteridades e a renúncia aos ideais de universalidade, de racionalidade ou de objetividade dos saberes. Uma "ciência situada" pode abrir caminho para uma outra definição de objetividade e de universalidade – definição que inclui a paixão, a crítica, a contestação, a solidariedade e a responsabilidade (idem, p. 38)

A inclusão da perspectiva feminista na história das ciências é, portanto, uma reivindicação que se estende desde a participação efetiva das mulheres no campo, até os movimentos de resistência ao conhecimento hegemônico e de defesa do conhecimento múltiplo, engajado e situado. São dinâmicas que se sustentam no âmbito epistemológico e também na problematização das lógicas de produção e legitimação do saber científico.

Nossa expectativa, assim, está em refletir o que dizem os dados sobre o campo da Comunicação e como eles podem espelhar a experiência das pesquisadoras, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de suas carreiras quanto ao reconhecimento de suas posições. Entendemos ser importante pensar, também, a partir de parâmetros analíticos que filtrem e cruzem nos números disponíveis, como o campo da Comunicação consolida e autoriza suas trajetórias, se está aberto à pluralidade de vozes e saberes, como reivindica a perspectiva feminista ao relacionar gênero e ciência.

3. Desigualdades de gênero no subcampo científico, os números e os detalhes

A despeito da dificuldade persistente do acesso das mulheres a determinados espaços sociais (mercado de trabalho, participação política, cargos de chefia, para citar alguns), são elas

que assumem a dianteira dos indicadores educacionais, com taxa de alfabetização e de conclusão do ensino médio e superior (ARTES, 2007).

Nas universidades, a participação das mulheres cresceu em compasso com o seu maior ingresso nos cursos, identificado desde a década de 1970. Na Pós-Graduação, a expressividade feminina se mantém, elas são a maioria entre as doutoras e mestres no país. Em relação às bolsas (de Iniciação Científica, Mestrado, Pós-Doutorado, entre outras), as mulheres também adquirem notoriedade, mesmo que com uma margem estreita, com 50,44% (VENTURINI, 2017).

No entanto, a sabedoria popular nos lembra que o diabo mora nos detalhes. Ou, melhor dizendo, as desigualdades. A maior presença das mulheres nos bancos universitários não reverbera, necessariamente, em igualdades de oportunidades. Nos cursos de graduação, persiste uma concentração feminina em determinadas áreas, as mulheres com maior expressividade inseridas em cursos vinculados à saúde, às artes e humanidades, enquanto os homens ocupam majoritariamente as áreas ditas mais técnicas (ALMEIDA et al, 2020; ARTES, 2017; BARROS, MOURÃO, 2020).

Em relação às bolsas de pesquisa, há um filão em que as mulheres possuem menor incidência, as das Bolsas de Produtividade, em que somam 36% das agraciadas (VENTURINI, 2017). Nessas, os homens possuem predomínio em todos os níveis e a disparidade aumenta nos estratos mais elevados. No ano de 2017, os homens correspondiam a 62% dos 30.362 bolsistas produtividade no primeiro nível da carreira (PQ2) e chegavam a 77% dos 4.896 bolsistas nos níveis mais altos (PQ1A) (BARROS, SILVA, 2019). Ao analisar os últimos 10 anos, as autoras não identificam um quadro de mudança ou evolução desses percentuais, o que indica uma situação diferencial em termos das dificuldades ou possibilidades de ascensão profissional na carreira científica para homens e mulheres. Em outras palavras, "[...]as mulheres continuam a ser cronicamente subrepresentadas na carreira científica e sua participação declina sensivelmente conforme se ascende aos níveis mais elevados da carreira acadêmica". (VELHO, LEON, 1998, p. 314)

Esse último dado é revelador do contexto brasileiro, dado que as Bolsas Produtividade são vinculadas a pesquisadores e pesquisadoras atuantes de modo mais sistemático, ou seja, que ocupam suas trajetórias profissionais no subcampo científico. Se revela as desigualdades, pode ocultar suas lógicas. Para isso, é preciso atentar aos detalhes.

Por que, mesmo capitaneando indicadores educacionais e sendo maioria nos bancos universitários, as mulheres não possuem tanta expressividade no subcampo científico? Uma resposta possível a essa questão tem sido sintetizada no conceito de “teto de vidro”:

Mesmo as mulheres bastante qualificadas são bloqueadas na sua ascensão profissional práticas discriminatórias, conflitos família-trabalho que as impedem de produzir tanto quanto os homens, e por traços de comportamento adquiridos durante o processo de socialização, que seriam “desfavoráveis” ao sucesso profissional, tais como falta de agressividade, de ambição, etc (VELHO; LEÓN, 1998, p. 331)

O “teto de vidro”, em uma perspectiva feminista, localiza as chances e oportunidades de acesso das mulheres em termos estruturais, não a partir de experiências individuais que, por vezes, podem escamotear a dimensão ou persistência do fenômeno. Não se trata de um mecanismo objetivo, mas sutil e muitas vezes difícil de perceber. Em chave relacional, o “teto de vidro” incide sobre a trajetória das mulheres pesquisadoras, especialmente sobre as suas percepções em termos de chances, oportunidades e potencialidades. Nora Räthzel (2018) realizou pesquisa para entender o porquê mulheres decidem não pleitear postos mais altos na carreira acadêmica. Ao comparar as respostas dadas por mulheres em relação aos homens, identificou que para elas algumas razões são mais importantes, como as exigências para que consigam ser promovidas, as dificuldades que estão associadas à conciliação da carreira com outras dimensões da vida e a maior valorização de outros fatores associados ao bem estar.

Indissociável do “teto de vidro”, é o contexto de desenvolvimento da carreira acadêmica, vivenciado de forma diferente por homens e mulheres. As cientistas experienciam tensões de diversas ordens, derivadas da conciliação entre vida pessoal e profissional, da experiência da maternidade, da sobrecarga oriunda da execução do trabalho doméstico, entre outros tantos fatores. No limite, a expectativa de que as mulheres precisam ser bem sucedidas em todos os âmbitos da vida “[...] tem efeitos tanto desde o ponto de vista físico, como psíquico e emocional, que vão deteriorando sua situação pessoal até justificar a renúncia de seus projetos profissionais” (GONZALEZ RAMOS, 2018, P. 41).

Uma situação que se agrava frente à cumplicidade da lógica científica com parâmetros neoliberais, orientada a incrementar a competitividade nos centros de investigação. No fim das contas, o pressuposto da “excelência científica” justificaria essa pressão, o que também se relaciona historicamente a um modelo de trabalho androcêntrico do uso do tempo. Isso faz com que o espaço de pesquisa se torne muitas vezes hostil para uma vida com certo equilíbrio entre

as demandas pessoais, o bem estar e o descanso (REVELLES-BENAVENTE,2018) e incide nas vivências das mulheres pesquisadoras. Ao investigar cientistas vinculadas a centros de excelência, Revelles-Benavente observa que essa lógica androcêntrica produz dificuldades adicionais, embora muitas vezes sutis, de ascensão para as mulheres:

Os sentimentos de mal estar são [...] pouco expressados, mas são sugeridos indiretamente quando se fala da lógica neoliberal e a pressão por incrementar os indicadores de produção científica. O discurso científico justifica todos esses sacrifícios através da paixão pela investigação ou pelo desejo de resolver o problema em que trabalham (o câncer, o Alzheimer, por exemplo). Toda força contrária compensa a exigência e as condições de trabalho. Todas as dificuldades são toleradas, posto que se consideram formando parte de um pequeno grupo de pessoas que fazem o que gostam pelo bem coletivo. Isso resulta em algo paradoxal, pois são aceitas situações limites justificadas por meio desse discurso de “fazer o que eu gosto” (2018, p.90)

Os critérios subjacentes à constituição de uma “excelência científica” seriam, então, muitas vezes incompatíveis com as dinâmicas e experiências de vida das mulheres pesquisadoras. Não raramente, no âmbito das atribuições do subcampo científico, cabe a elas se ocuparem de tarefas consideradas secundárias, onde as exigências e parametrizações em torno da “excelência” incidem com menor intensidade. No entanto, nem mesmo mulheres que sustentam os parâmetros de excelência possuem uma posição igualitária, pois “A ambição é julgada de forma diametralmente diferente se for exercida por um homem ou uma mulher. Como na avaliação das competências de homens e mulheres (eles são brilhantes, elas são trabalhadoras)” (GONZALEZ RAMOS, 2018, 56).

A observação dos detalhes que subjazem as estatísticas realocaliza a problemática de gênero no subcampo científico como causa e efeito das possibilidades, vivências a chances de trabalhos das mulheres pesquisadoras (REVELLES-BENAVENTE, 2018). Ou seja, leva a uma discussão sobre as estruturas fundantes desse campo, normas e lógicas que regem as instituições científicas. Para dar sequência à análise, é fundamental contextualizar as dinâmicas do espaço social específico em que a problemática de gênero se realiza, ou seja, situá-la espacialmente, em nosso caso, a partir do subcampo científico da Comunicação.

4. Os detalhes e as desigualdades

A exploração sobre as relações entre gênero e ciência no subcampo científico da Comunicação partiu, em um primeiro momento, de um mapeamento direcionado aos Programas de Pós-

Graduação em Comunicação, as Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), as entidades configuradoras do campo e os periódicos científicos. Espera-se que esse mapeamento seja apropriado a partir de duas chaves, uma primeira exploratória, considerando as poucas informações que dispomos sobre como o subcampo científico da Comunicação em suas dinâmicas generificadas. Embora os dados que serão mostrados abaixo sejam de domínio público, sua reunião, sob a perspectiva de gênero e ciência, permite compor um quadro inicial, eminentemente parcial, sobre as dinâmicas de gênero estabelecidas no campo

Uma segunda chave para compreensão dos dados está em seu enfoque quantitativo, organizado na perspectiva da redistribuição, ou seja, concentrado em analisar a equidade de acesso a bens sociais (ARTES, 2017). Ao quantificar, são obtidas pistas sobre o lugar ocupado pelas mulheres neste espaço social. Uma questão atrelada às dinâmicas por reconhecimento, pois estes lugares não podem ser dissociados de seus significados, de suas matrizes históricas, culturais e sociais.

Os PPGs em Comunicação são uma instância central para a existência do subcampo científico, seu desenvolvimento impulsionou o que sabemos e pensamos sobre a comunicação nos dias de hoje, em um processo de amadurecimento motivado por inúmeras discussões e disputas internas sobre as especificidades do objeto comunicacional, sobre os limites disciplinares da área e sobre o que, de fato, é possível nomear como “Pesquisa em Comunicação”. A existência desses espaços de formação indica o investimento institucional na pesquisa acadêmica, uma esfera de legitimação reconhecida e partilhada socialmente que evidencia as qualificações científicas prestigiadas e quais questões são relevantes para a área.

A partir da consulta dos dados dos 53 PPGs em Comunicação⁷ nacionais, verificamos que em 2019 as mulheres assumem maioria, com 50,1%, ou seja, são 436 dos 869 docentes atuantes na Pós-Graduação. O subcampo científico da Comunicação se distancia da realidade nacional, em que os homens são maioria, ocupando 58% do quadro docente nos PPGs, segundo dados da Capes de 2017 (BARROS, SILVA, 2019). No entanto, cabe lembrar que as desigualdades de gênero incidem de forma diferencial nas profissões vinculadas a áreas consideradas historicamente de atribuição feminina, em contraposição às áreas mais técnicas.

⁷ A partir da Plataforma Sucupira. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/docente/listaDocente.jsf;jsessionid=K5RjVjZFCQAGI7Nnw20RNj-i.sucupira-214>. e

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/discente/listaDiscente.jsf> Acesso em nov. 2020.

Já a soma dos discentes homens em 2019 totalizou 1740 e das mulheres 2341, o que equivale a 42,6% e 57,4% respectivamente. Tanto na posição de docente, quanto na condição de discente, as mulheres possuem predominância. Contudo, há uma diminuição significativa de amplitude dependendo da posição ocupada. Ou seja, há mais mulheres nos cursos de Pós-Graduação em Comunicação, mas não é na mesma proporção que elas chegam a integrar os quadros docentes. De alguma forma, o “teto de vidro” parece interferir na distribuição de chances e possibilidade de acesso das mulheres a essas posições.

Ao analisar os dados das Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), a percepção sobre a existência desse limite simbólico de transposição mais difícil para as pesquisadoras se resalta. Sabe-se que essa bolsa, oferecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico vinculado ao Governo Federal, é um fomento central aos pesquisadores no país. As bolsas são distribuídas em 5 níveis de acordo com o estágio da carreira (PQ2, PQ1D, PQ1C, PQ1B e PQ1A). Os pesquisadores iniciantes são contemplados com a bolsa PQ2 e podem ascender no decorrer das suas trajetórias, embora a distribuição das oportunidades não contemple a totalidade dos pesquisadores que possuem destaque em suas áreas (BARROS, SILVA, 2019).

Dentro da área “Artes, Ciência da Informação e Comunicação”, foram identificados um total de 147 pesquisadores contemplados com as bolsas no subcampo científico da Comunicação (FIG1), divididos nas diferentes categorias e níveis. São 45 Bolsistas PQ1 e 101 PQ2, além de 1 Bolsista PQ Sênior. As mulheres são maioria entre os bolsistas PQ1, são 55% (25 pesquisadoras de um total de 45) e praticamente empatam no nível PQ2, com 50,4% (51 pesquisadoras de um total de 101):

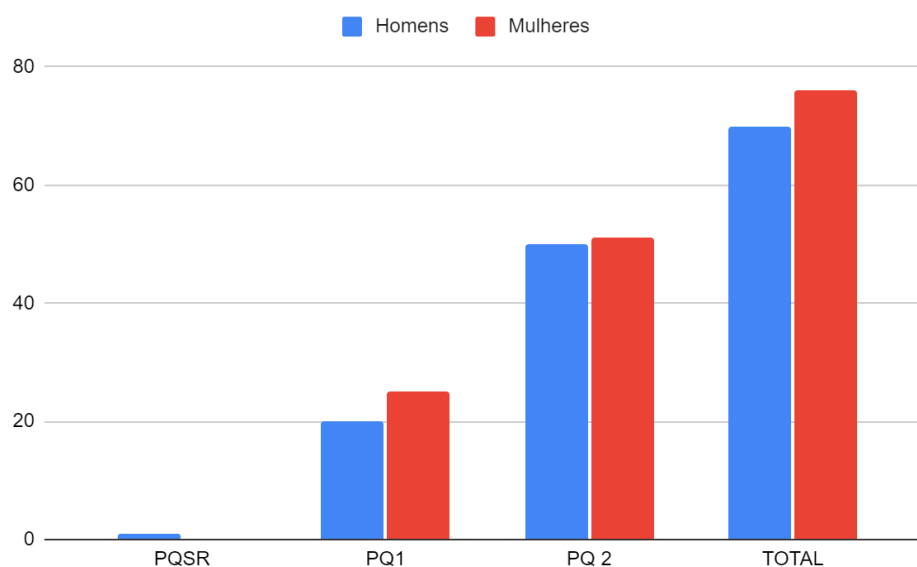


FIGURA 1 – Distribuição dos pesquisadores PQ, por sexo, de acordo com os níveis de bolsa
 FONTE -Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do CNPq

Em um olhar mais amplo, a distribuição das bolsas na Comunicação vai ao encontro dos dados que evidenciam um predomínio feminino nas bolsas PQ vinculadas às Ciências Humanas, embora isso não retrate a realidade das concessões em termos mais amplos no país.

Um olhar atento à distribuição das bolsas no nível PQ1A (FIG2) revela que a maior proporção de mulheres não significa, no entanto, acesso aos níveis mais elevados:

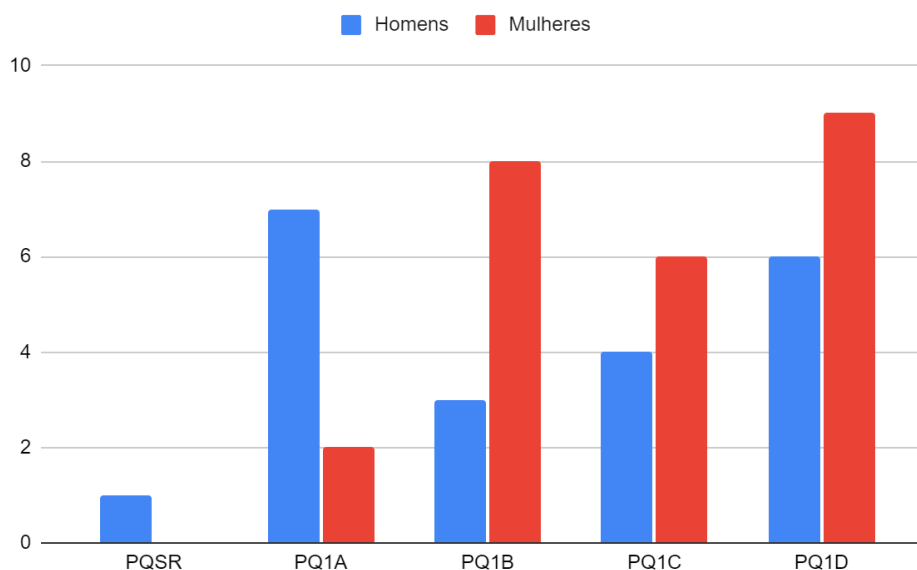


FIGURA 2 – Distribuição dos pesquisadores PQ, por sexo, de acordo com as categorias nos níveis Senior e PQ1

FONTE -Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do CNPq

Os homens possuem maior representatividade na categoria PQ1A e PQ Senior. Um quadro, mais uma vez, semelhante ao que existe nas chamadas humanidades, em que as mulheres se tornam minoria no nível mais elevado das bolsas (BARROS, MOURÃO, 2020). A distribuição dessas bolsas no subcampo científico da Comunicação sugere a manutenção do “teto de vidro”, observado em outras áreas do conhecimento (BARROS, MOURÃO, 2020; VELHO; LEON, 1998; MARTIN-PALOMINO; 2018). Ou seja, alude aos obstáculos sutis, informais, que dificultam para as mulheres ascenderem em suas carreiras. Sua entrada tardia no universo da pesquisa é uma das possíveis explicações para esse fenômeno, considerando que o alcance aos níveis mais elevados de Bolsa Produtividade exige décadas de dedicação (BARROS, MOURÃO, 2020). Mas não se trata de um condicionante autoexplicativo, pois a demora para ingressar nos círculos prestigiados da produção científica é feita de matéria semelhante dos motivos pelos quais o “teto de vidro” é ainda identificado no campo científico, imbricados em lógicas hegemônicas historicamente edificadas sobre a constituição do conhecimento, com suas epistemes, olhares em relação ao sujeito e modalidades próprias de legitimação (ADELMAN, 2016).

A análise das relações de gênero nas posições dos conselhos diretivos das associações do campo da Comunicação se sustenta pela ideia que determinados espaços institucionais representam as vozes que são autorizadas e legitimadas para representar da área, pautar e objetivar os interesses coletivos. As indicações para estes cargos passam pela avaliação dos pares de atributos reconhecidos, como postura de liderança, competência e autoridade. No âmbito da ciência, de modo geral, estes espaços são historicamente ocupados por homens.

Para Esther Martin-Palominio (2016), além de dinâmicas que inviabilizam o acesso das mulheres a cargos de poder, é importante considerar o quanto o capital social, no âmbito acadêmico, limita a participação feminina. A partir desta perspectiva, os homens se indicam e se apoiam para manter-se nas instâncias de decisão:

As redes de apoio têm papel fundamental no suporte e na promoção de autoconfiança e de mais oportunidades. As mulheres têm um acesso limitado na carreira acadêmica devido à homosocialidade. Ela impede que mais mulheres estejam em cargos de decisão. O efeito dessas redes formadas apenas por homens é o reforço dos estereótipos de gênero e da desvalorização das mulheres, que são ignoradas por fazerem parte de outro grupo. (MARTIN-PALOMINO, 2016, p. 139)

Nossa análise se direcionou para duas entidades representativas de abrangência geral, a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), e quatro associações específicas de grandes áreas do campo: a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), a Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (ABRAPCORP), a Associação Brasileira de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda (ABP2) e a Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (Socine). Os dados foram coletados a partir dos sites oficiais das associações, sendo nosso foco voltado para mapear os membros dos conselhos diretivos em uma perspectiva temporal.

Atualmente, o Conselho Diretivo da Compós (mandato 2019-2020) é composto por uma mulher (vice-presidente) e quatro homens: o Presidente, o Secretário-geral, o Tesoureiro e o Diretor Científico. As informações no site sobre os mandatos anteriores não apontam os nomes de tesoureiros/as e diretor/a científico/a, estando disponível apenas os/as presidentes, vice-presidentes e secretários/as gerais. Entre 1991 e 2018, os 15 conselhos que dirigiram a Compós somam um total de 27 homens e 19 mulheres, sendo oito vezes o cargo feminino reservado à secretaria geral, uma função reconhecidamente operacional, de apoio, culturalmente associada à mulher. Nestes 15 mandatos, apenas duas mulheres exerceram o cargo mais elevado da hierarquia e foram presidentes da Associação.

Tendo em vista que a Compós é uma das principais associações representativas do campo da Comunicação, o histórico da composição do seu corpo diretivo é um espelho bastante interessante para pensar o processo de consolidação de lideranças na área. Se as mulheres são maioria no conjunto de pesquisadores credenciados aos Programas de Pós-Graduação no país, o que faz com que, historicamente, sua participação no conselho diretivo da Compós seja desigual? O cenário referenda uma assertiva de Ana Gonzales Ramos (2018, p. 44), para quem "teoricamente, as oportunidades de trabalho de homens e mulheres serão idênticas, mas os dados estatísticos mostram uma realidade diferente: pouquíssimas mulheres conseguem [...] obter cargos de liderança científica".

Os motivos para esta interrupção são diversos, podem estar tanto nas dinâmicas de reconhecimento e nas relações do próprio campo científico, quanto na manutenção de papéis sociais sustentados pelo patriarcado que demandam das mulheres um esforço adicional para

conciliar expectativas da carreira profissional com dimensões da vida pessoal (RÄTHZEL, 2018).

Ao analisarmos o contexto dos cargos de liderança na Intercom, os dados sugerem uma situação semelhante. A Intercom é a entidade nacional mais antiga do campo da Comunicação, tendo sido fundada em 1977 e sua primeira diretoria empossada em 1979. As informações disponíveis no site nomeiam os membros do corpo diretivo em 18 mandatos, sendo perceptível uma variação dos cargos ao longo do período e, portanto, também cambiante o número de participantes em cada edição. Em 42 anos de história, foram contabilizados 186 cargos das diretorias da associação⁸, sendo 98 deles ocupados por homens e 88 por mulheres.

Neste período, a Intercom foi liderada 11 vezes por um homem e sete vezes por uma mulher. No cenário analisado, é interessante perceber que, entre 18 diretorias, por 12 vezes o grupo foi majoritariamente masculino. Em apenas duas edições o número de dirigentes foi equivalente entre homens e mulheres e, por quatro mandatos, a diretoria foi predominantemente feminina (1991-1993; 1995-1997; 2002-2005; 2014-2017).

Apontamos aqui um dado relevante: nas quatro diretorias da Intercom com quadro de maioria feminina, a presidente era uma mulher. Enfatizamos, portanto, a importância das redes de apoio entre mulheres como recursos "essenciais para aumentar o número de mulheres em posições de relevância e, talvez, como um elemento de resistência aos interesses patriarcais em todos os níveis da sociedade". As redes de apoio, desde modo, "seriam um instrumento de facilitação, e de acordo com as posições que supõem o êxito nas trajetórias profissionais". (MARTÍN-PALOMINO, 2018, p. 134)

Os conselhos diretivos das associações específicas das grandes áreas (jornalismo, publicidade, relações públicas e cinema), mostram uma situação ligeiramente mais equitativa no que diz respeito à representação feminina em seus quadros. Fundada em 2003, a SBPjor tem uma diretoria executiva composta por cinco membros. Durante os nove mandatos registrados até o momento, foram parte do grupo 29 conselheiras e 16 conselheiros. Apesar da maioria feminina do quadro, o cargo da presidência foi ocupado apenas quatro vezes por uma mulher.

No âmbito da Socine, foi registrado um total de oito diretorias eleitas para gerir a entidade desde 2005. Apesar de o número total de dirigentes ser próximo (16 homens e 18 mulheres), o cargo de mais alta hierarquia é predominantemente masculino. Ao todo foram

⁸ Não estão computados na análise os conselhos fiscais.

cinco presidentes da Socine e três presidentas. A Associação Brasileira de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda teve sua fundação mais recente, em 2010. De lá pra cá, a entidade empossou quatro diretorias (presididas duas vezes por um homem e duas vezes por uma mulher), totalizando 44 cargos, que foram ocupados 34 vezes por homens e 10 vezes por mulheres.

A Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas aparece como uma exceção aos demais contextos analisados neste escopo. Tendo seus conselhos diretivos eleitos desde 2006, a entidade escolheu por sete mandatos uma presidenta e apenas um presidente. A predominância feminina também se mantém entre os membros da diretoria: as mulheres ocupam quase três vezes mais o número de cadeiras que homens na diretoria ao longo da história: foram 36 conselheiras e 13 conselheiros. O desvio encontrado na ABRAPCORP em comparação com as demais entidades pode ser ponderado a partir de uma especificidade da área de Relações Públicas: segundo pesquisa divulgada pelo Conselho Federal de Relações Públicas⁹ em 2009, 80% dos profissionais ativos no mercado à época eram mulheres.

O último indicador catalogado para refletir sobre as relações generificadas no âmbito da Comunicação foi a produção acadêmica, tendo como princípio os critérios de valoração do próprio campo científico. Temos, neste contexto, a publicação de artigos em periódicos como um dos principais parâmetros para contabilizar e mensurar a excelência científica, sendo Qualis/CAPES o sistema de avaliação de referência no Brasil para conceituar qualitativamente a produção dos/as pesquisadores/as

Deste modo, selecionamos sete revistas nacionais de estrato A2 que tem relação direta com as discussões empreendidas no campo da Comunicação: Comunicação, Mídia e Consumo; Chasqui; E-Compós; Galáxia; Matrizes e Intercom. Foram sistematizados os dados referentes às edições dos anos de 2019 e 2020. No primeiro momento, os textos foram separados entre autoria exclusiva feminina (individual ou coletiva); exclusiva masculina (individual ou coletiva) e autoria mista (parceria entre autores homens e mulheres). Os dados podem ser observados na figura abaixo (FIG 3).

⁹ Disponível em <<http://www.conferp.org.br/forte/mail/090526/pesquisaPerfilCONFERP.pdf>> Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

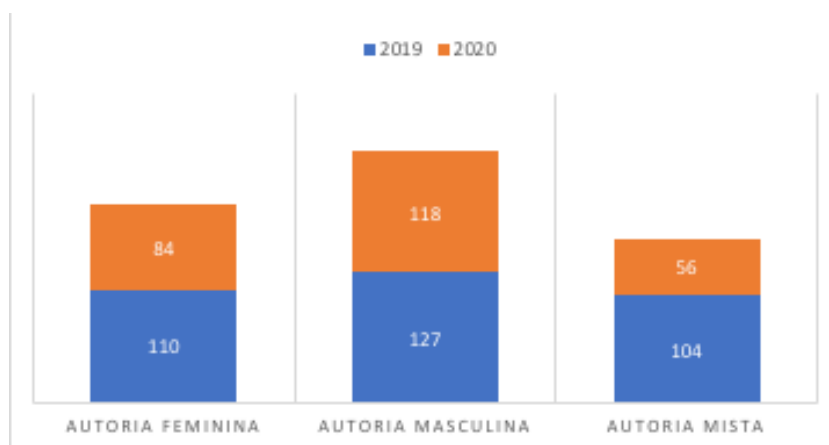


FIGURA 3 – Autoria de artigos revistas A2, por sexo, nos anos de 2019/2020

FONTE -Fonte: Elaboração própria

Dentre os 341 artigos publicados no ano de 2019, 127 tiveram autoria exclusivamente masculina (37,2%), 110 autoria exclusivamente feminina (32,3%) e 104 foram escritos por autoria mista (30,5%). No ano de 2020, a coleta registrou 258 artigos. A predominância de artigos escritos por homens teve um sensível acréscimo, com 45,7% do total (118 textos). Os artigos escritos por mulheres mantiveram índice semelhante ao ano anterior 32,5% (84 textos) e os textos escritos em parcerias mistas tiveram um decréscimo, representando 21,8% do total (56 textos).

Antes de analisar a proporcionalidade das autorias conforme o sexo, é importante ponderar que a pandemia do Coronavírus no ano de 2020 teve impactos significativos na vida pessoal e profissional de toda a sociedade, o que inclui a comunidade acadêmica. Deste modo, justifica-se a diminuição de 25% do número de artigos publicados em comparação ao ano anterior.

Observamos o aumento da produção de artigos entre os homens durante a pandemia como um exemplo que pode revelar as desigualdades de gênero no campo científico. Uma pesquisa nacional feita pelo movimento *Parent in Science* (PiS)¹⁰ apontou que a submissão de artigos entre homens permaneceu inalterada ou mesmo cresceu durante o período de isolamento social. Os dados são inversamente proporcionais quando comparados ao relato das mulheres, que afirmaram que o cumprimento de prazos de editais e submissão de artigos foi bastante impactado pela pandemia. Esta diferença se explica pelas demandas de ordem prática

¹⁰ Disponível em < encurtador.com.br/qtDZ5> . Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

e emocional relacionadas ao cuidado e a organização familiar assumidas pelas mulheres. De modo complementar, ainda segundo o relatório do PiS, a discrepância aumenta conforme se inclui a relação de parentalidade (ponderando a presença e a idade dos filhos), raça e tempo de carreira.

A constatação de variações nos resultados que são considerados parâmetros de excelência da produção científica suscita uma reflexão sobre a adoção de critérios que não distinguem as desigualdades estruturais. Para Ana Gonzales Ramos “[...] uma avaliação justa dos méritos e esforços feitos pelas mulheres (bem como por outras pessoas em situação de vulnerabilidade) requer considerar os fatores individuais e sociais que afetam suas decisões e o alcance de conquistas socialmente reconhecidas” (2018, p. 46)

O que se observa em nosso mapeamento, além dessa variação no período pandêmico, é a tendência de maior publicação exclusiva masculina dos periódicos de mais alta avaliação na área de Comunicação. Esse resultado, além do próprio parâmetro que foca/sintetiza a noção de excelência científica baseada no número de artigos e fator de impacto, remete a um ideal acadêmico autônomo e competitivo. Este modelo, que se funda numa lógica neoliberal, tende a ignorar ou diminuir o valor e a necessidade dos cuidados e sustentabilidade da vida (CARPINTERO, 2018, p. 176-179), como se as trajetórias pessoais e profissionais pudessem ser completamente distintas e não fossem balizadas por uma estrutura social, cultural e histórica. Queremos apontar, com isso, que a maior produção de artigos em revistas qualificadas não se configura simplesmente em uma questão de mérito/competência, mas também em uma disponibilidade e dedicação que, em muitos casos, quando observados pelas lentes do gênero, encontra barreiras que são impostas pelas dinâmicas culturais e sociais da vida privada de cada agente.

Na continuidade de nossa análise, nos dedicamos a observar os artigos de autoria mista (FIG 4), a fim de verificar como se configuravam as autorias principais dos textos (tradicionalmente alocados como primeiro nome da lista). Os dados estão expostos na figura a seguir:

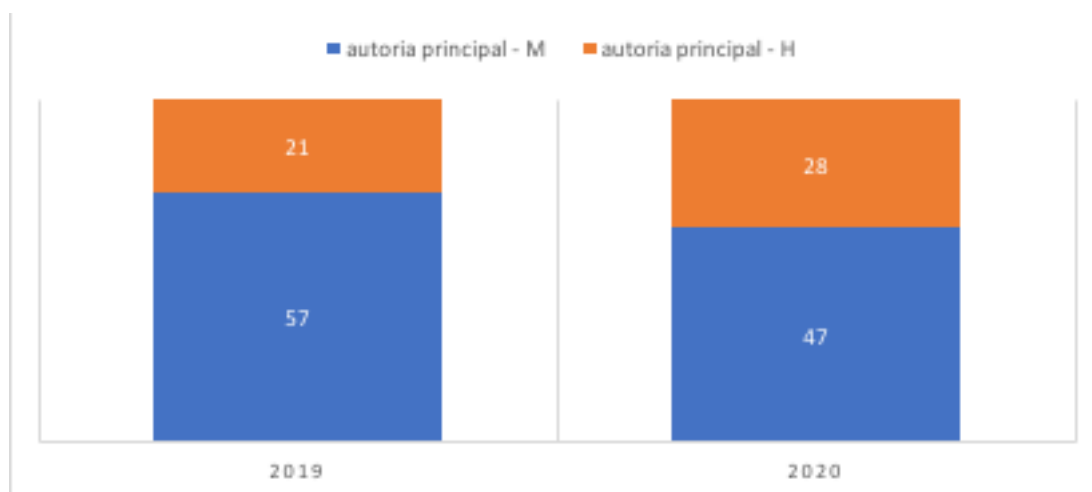


FIGURA 4 – autoria principal em artigos mistos, revistas A2, nos anos de 2019/2020, divididos por sexo
FONTE -Fonte: Elaboração própria

Em uma relação com a figura anterior, é perceptível que a parceria de escrita entre homens e mulheres caiu em quase 50% entre 2019 e 2020, o que possivelmente se relaciona com a questão da produtividade no período pandêmico, mencionada anteriormente. Entretanto, um outro aspecto salta aos olhos a partir destes dados: as mulheres tendem a se dedicar mais a trabalhos coletivos que os homens, configurando 83% das autorias principais em artigos mistos em 2019 e 62% em 2020.

Neste cenário, é interessante retomar o pensamento de Nora Räthzel ao analisar que estruturalmente, a academia trata de modo diferencial as chances e oportunidades de mulheres e homens pesquisadores. Deste modo “[...] as ações das mulheres e dos homens têm consequências diferentes, e que seus resultados são premiados/recebidos de forma diferente” (RÄTHZEL, 2018, p.126), especialmente quando se dedicam mais à realização de trabalhos coletivos.

A participação feminina em tarefas operacionais, necessárias ao funcionamento da lógica da produção acadêmica, pode ser considerada ainda a partir da função editorial dos periódicos científicos. Entre as sete revistas A2 analisadas, as mulheres compõem 66% dos cargos de edição. Neste aspecto, entendemos ser pertinente apontar o possível prestígio associado à função de editor/a de um periódico científico. Entretanto, observando o dado à luz na contabilidade produtivista que mensura o que tem valor na academia, entendemos ser importante salientar o quanto esta atividade, que tem foco voltado para o funcionamento coletivo e qualitativo do subcampo, demanda tempo, é complexa e não tem um

reconhecimento estimado¹¹ de forma equivalente à publicação dos textos (majoritariamente masculinos).

5. Considerações finais

Com dados postos à mesa, temos a dimensão que os levantamentos quantitativos nos apontam pistas importantes para mapear como se constituem as relações generificadas no subcampo científico da Comunicação. Quando endereçamos nosso olhar para observar as relações de gênero que são estabelecidas na Comunicação, estamos buscando avançar em uma discussão que ainda não foi feita e que, em um primeiro momento, pode parecer definida desde a largada, uma vez que não temos - aparentemente - uma questão de representatividade numérica a resolver. No entanto, temos em mente que

[...] o gênero faz diferença para as mulheres na ciência não por causa do que trazem com seus corpos e às vezes nem mesmo pelo que podem trazer com sua socialização, mas pelas percepções que as culturas da ciência trazem à comunidade tanto das mulheres quanto do gênero - e, por sua vez, por causa do que tais percepções trazem para os valores comuns de disciplinas científicas particulares (KELLER, 2006, p. 29-30)

No âmbito dos PPGs, embora as mulheres sejam maioria entre discentes e docentes, há uma diminuição na participação feminina entre o professorado. Redução também observada na distribuição das Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), especialmente nos níveis superiores. Esses dados são indicativos de uma permanência do “teto de vidro” que atrapalha, por fatores sociais estruturais históricos relacionados ao desenvolvimento da carreira acadêmica, as mulheres pesquisadoras. Nas instituições do campo, há uma contribuição significativa das mulheres, embora muitas vezes fora das presidências e espaços de poder mais legitimados, ocupados majoritariamente por homens, com algumas raras exceções. No entanto, quando assumem a liderança, especialmente na Intercom, as mulheres tendem a ter diretorias mais femininas, o que sugere a configuração de redes de apoio com um dos recursos estimados para ocupar esses espaços. A configuração de redes pelas mulheres é também perceptível na

¹¹ Esta mesma discussão sobre as atividades operacionais para manutenção dos periódicos científicos tem sido feita na nossa área, ainda sem o viés de gênero, para debater o desprestígio que é dado à função de parecerista ad hoc.

publicação de artigos. Embora os homens publiquem mais, as mulheres capitaneiam com mais intensidade os trabalhos de autoria coletiva.

Esses dados são entendidos em sua singularidade, como retrato de um momento, mas precisam necessariamente ser lidos em chave estrutural. Se isso não for feito, corremos o risco de individualizar questões e privatizar responsabilidades, pois muitas vezes “[...] questiona-se o papel da mulher, mas não as normas que regem as instituições científicas ou as normas sociais que mantêm as mulheres em situação de vulnerabilidade” (GONZALEZ RAMOS, 2018, P. 43).

De outro modo, embora o mapeamento quantitativo proporcione informações importantes, nem todas as respostas estão disponíveis a partir de números absolutos, é preciso cruzá-los e ponderá-los a partir da noção de situacionalidade. Assim,

Tornamo-nos cautelosas com frases que começam com “as mulheres são...”, percebendo que a única maneira de completar tal frase é dizer que as mulheres são pessoas, definidas por muitas variáveis sociais e que se adaptam às pressões e oportunidades que encontram, e têm recursos para isso”. (KELLER, 2006, p. 30)

O que pretendemos lançar com nossa reflexão, neste momento, é a chave para um debate que entendemos que precisa ser iniciado (e, obviamente, aprofundado) de modo coletivo. Essa noção de coletividade implica em posições institucionais e também individuais dos agentes que operam neste subcampo, conforme lógicas e parâmetros que são construídos e validados pelo próprio grupo.

Por um lado, estamos conscientes que as desigualdades de gênero aqui expostas correspondem a um contexto cultural, social e histórico mais amplo que o próprio ambiente acadêmico - o que remete a certeza que sua desconstrução é um trabalho complexo e contínuo. Por outro lado, temos em mente que, como pesquisadoras da área das ciências sociais e humanas que se pautam a partir de uma epistemologia feminista, é um dever trazer para o foco do nosso próprio espaço de atuação a ideia de que determinadas dinâmicas que fomentam a desigualdade de gênero (que descortinamos, analisamos e criticamos ao olharmos para "fora") devem ser desconstruídas também, e talvez primeiramente, aqui "dentro". O panorama que traçamos até o momento, se apresenta como um primeiro passo. Afinal,

analisar as questões relativas a mulheres na atividade científica é uma tarefa muito mais complexa do que simplesmente contar cabeças, títulos e publicações e calcular proporções. É fundamental localizar a análise no

seu contexto e contar com a colaboração das participantes do processo na interpretação das informações. Tantas são as variáveis interagindo aqui – área do conhecimento, país, tipo de instituição, idade das mulheres, sorte, tipo de criação – que é difícil chegar a alguma conclusão definitiva sobre os determinantes da produção científica por mulheres, a não ser a de que se trata de uma construção social. (VELHO; LEÓN, 1998, p. 344)

A partir desta provocação, daremos continuidade à nossa investigação a partir da escuta de agentes que cotidianamente encarnam os números apresentados neste texto: as mulheres pesquisadoras. Tendo em vista se tratar de uma construção social, da qual fazemos parte, entendemos ser possível e necessário ressignificar, entre os parâmetros mais estruturais e a tessitura das experiências, modos de conceber uma produção científica mais alinhada com as diferentes realidades de quem a produz.

Referências

- ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta**: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea [livro eletrônico] / Miriam Adelman. - 2. ed. - São Paulo : Blucher, 2016. 246p. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/a-voz-e-a-escuta-1216>
- ALMEIDA, Vivian de; CARVALHAES, Flavio; ELGALY Pedro; HOUZEL, Luiza Herculano; MEDEIROS, Carolina; MENDES, Tayná; MILANSKI, Bruna Aparecida; ROCHA, Flávia Eduarda. **A segregação de gênero no ensino superior brasileiro**, 2002-2016. Blog DADOS, 2020 [published 15 October 2020]. Available from: <http://dados.iesp.uerj.br/segregacao-de-genero-ensino-superior/>
- ARTES, Amélia. A presença de mulheres no ensino superior brasileiro: uma maioria sem prestígio. In: **Anais do 11o Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13th Women's Worlds Congress**. Florianópolis: UFSC, 2017.
- BARROS, Suzane Carvalho da Vitória e SILVA, Luciana Mourão Cerqueira e. Desenvolvimento na carreira de bolsistas produtividade: uma análise de gênero. *Arq. bras. psicol.* [online]. 2019, vol.71, n.2, pp. 68-83. ISSN 1809-5267. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.68-83>.
- BARROS, Suzane Carvalho Da Vitoria; MOURAO, Luciana. Gender and science: An analysis of brazilian postgraduation. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020.
- CARPINTERO, Ester Conesa. Academia acelerada, slow science y etica do cuidado. In: GONZÁLEZ RAMOS, Ana M. **Mujeres en la ciência contemporánea**: La aguja y el camello. Barcelona: Icaria, 2018
- DE LEÓN, M. Antonia García. Claves de una investigación Pionera (Género y Poder). In: GONZÁLEZ RAMOS, Ana M. **Mujeres en la ciência contemporánea**: La aguja y el camello. Barcelona: Icaria, 2018
- DE MELO, Hildete Pereira. Ciência e Tecnologia no Feminino 1990/1999. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 3, 2014.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Mídia e questões de gênero no Brasil: pesquisa, categorias e feminismos. In: XVIII Encontro Anual da Compós, 2019. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_22M2AT9FW1L6KF0QT6HH_28_7782_22_02_2019_05_08_08.pdf Acesso em 05 mar. 2021.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Michèle Mattelart e as veias abertas da comunicação e gênero na América Latina. **MATRIZES**, v. 14, n. 3, p. 69-91, 2020.

GÓES, Juliana. Ciência sucessora e a(s) epistemologia(s). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n 1, 2019: pp 1-11

HAAG, A., PARISE, G., PEREZ, J., IRIGOYEN, M., WOTTRICH, L., OLIVEIRA-CRUZ, M. F. **Lugar de mulher é na ciência: um estudo acerca da desigualdade de gênero na ciência da comunicação**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 43., 2020. Anais... São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-2369-1.pdf>. Acesso em 17 fev. 2021 Acesso em 02 fev. 2021.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu** (27), julho-dezembro de 2006: pp.13-34

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton. **Desafios metodológicos à pesquisa sobre gênero e Comunicação: reflexões a partir de narrativas de um problema cotidiano**. In: XVIII Encontro Anual da Compós, 2019.

LOPES, Maria Margaret. "Aventureiras" nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 345-368, 1998.

LOPES, Maria Margaret. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. **Cadernos Pagu** (27), julho-dezembro de 2006: pp.35-61.

LOPES, M. I. V. Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In: LOPES, M. I. V.. (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

LOWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos "situados". **Cadernos Pagu** (15), 2000: pp.15-38.

RÄTHZEL, Nora. Respuestas estratégicas de mujeres y hombres a lo largo de sus carreras científicas. In: GONZÁLEZ RAMOS, Ana M. **Mujeres en la ciencia contemporánea: La aguja y el camello**. Barcelona: Icaria, 2018

REVELLES-BENAVENTE, Beatriz. COMPETITIVIDAD Y EXCELENCIA EN LOS CENTROS DE INVESTIGACIÓN INTERNACIONALES. In: GONZÁLEZ RAMOS, Ana M. **Mujeres en la ciencia contemporánea: La aguja y el camello**. Barcelona: Icaria, 2018

SANTOS, Maria Guadalupe dos. O feminismo na história: suas ondas e desafios epistemológicos. In: BORGES, Maria de Lourdes; TIBURI, Márcia. **Filosofia: machismos e feminismos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. Por um mapa das dissidências: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015) **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 43, n. 3, p. 57-81, 2020.